

# O conflito de Nonoai e alguns de seus desdobramentos: estratégias camponesas e indígenas na luta pela terra no Norte gaúcho – 1978-82

Joel João Carini\*

João Carlos Tedesco\*\*

## Resumo

O texto analisa alguns conflitos agrários ocorridos no norte do Rio Grande do Sul, envolvendo colonos, índios e a esfera pública entre 1978-1982. Objetiva também refletir sobre as contradições sociais produzidas pelo processo modernizador de produção agrícola na região, processo que se intensificou no período e que seria determinante para grandes movimentos e ações de camponeses e latifundiários nos anos posteriores.

*Palavras-chave:* Movimentos sociais. Modernização. Colonos. Índios.

## Introdução

Trazemos para o debate neste texto uma rápida inferência sobre os antecedentes do conflito de Nonoai,<sup>1</sup> levantando e comentando alguns desdobramentos e fatores contextuais diretamente ligados ao mesmo, diante de uma conjuntura favorável à invasão da reserva indígena de Nonoai pelos colonos, num primeiro momento, e à sua expulsão pelos índios, num segundo.

\* Professor da rede pública estadual do Rio Grande do Sul; mestre em História Regional, UPF; doutorando em Desenvolvimento Rural na UFRGS.

\*\* Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF. Doutor em Ciências Sociais.

Buscamos dar ênfase, a partir do ocorrido em Nonoai, à constituição de uma territorialização de conflitos pela terra na região, processo mediado por inúmeras instituições, mediações e estratégias entre camponeses, proprietários e a esfera pública. Essa temporalidade, ainda que curta (1978-82), não se encerra em si mesma; é manifestação de uma gestação e, ao mesmo tempo, acirramento e de um processo histórico de luta no norte do estado e, em especial, na paradigmática Fazenda Sarandi, que ainda se evidencia.

### Não há terra ao camponês

O maior dilema do mundo camponês do norte do Rio Grande do Sul, a partir da virada da década de 1950 para a de 1960, foi sua reprodução econômica e social. A combinação de dois fatores tornara o campesinato, nos moldes da tradição colonial herdada dos antigos núcleos de colonização europeia, praticamente inviável: a) o fim da colonização pelo Estado, em face do esgotamento do estoque de terras devolutas, dificultava o acesso à terra para a maioria dos camponeses empobrecidos e seus filhos; b) a expansão do capitalismo na agricultura alterava gradativamente a relação do camponês com a terra, deixando-o cada vez mais dependente do capital e de um conjunto de fatores produtivos cada vez mais complexos, incluindo-se tecnologias –

mecanização e uso de insumos químicos – que redundaram na necessidade de aumentar a quantidade de terra agricultável. Ambos os fatores desencadearam, a partir daquele momento, o que se convencionou denominar de “a crise da terra aos camponeses”.

Deve ser salientado que meio século antes da crise da terra do norte gaúcho o dilema da falta de terra já era uma realidade nos antigos núcleos de colonização europeia no nordeste gaúcho. O esgotamento das terras disponíveis para a ocupação/colonização no nordeste do Rio Grande do Sul, região de assentamentos de colonos imigrantes, ocorreu em razão da impossibilidade de retalhamento da unidade produtiva familiar diante das tradicionais partilhas por herança. Esse fator aliou-se à falta de uma política agrária que contemplasse a democratização do acesso à terra pela via da reforma agrária e a uma certa tendência histórica do colono de descendência europeia pelas terras de matas, que, seguindo o raciocínio de Bernardes, determinou o avanço da colonização em direção às últimas áreas florestadas do Estado, situadas no norte-noroeste, entre o final do século XIX e início do século XX.<sup>2</sup>

O movimento, chamado por alguns autores de “o salto para o Planalto”, pôs em contato o agricultor migrante com o caboclo, pequeno posseiro, e com o índio, este já vivendo em reduzidos

territórios. O norte do Rio Grande do Sul transformou-se, assim, no novo eldorado para milhares de agricultores familiares, descendentes de imigrantes europeus, que demandavam por terra. Em pouco tempo, as terras devolutas disponibilizadas pelo Estado gaúcho para a reforma agrária se esgotaram e os pequenos agricultores (caboclos e colonos) viram-se diante de um novo dilema: migrar para outras regiões, em novos *fronts*, no limiar da fronteira agrícola em outros estados, ou migrar para os centros urbanos dentro do próprio estado. Muitos se tornaram proletários urbanos; outros apelaram para as reservas indígenas como última estratégia para se manterem na atividade rural.

A intrusão de territórios indígenas do norte do Rio Grande do Sul – demarcados no começo do século XX – por colonos pobres, seguindo as pegadas de madeireiros, grileiros e fazendeiros, tornou-se ato recorrente desde meados da década de 1940, acentuando-se nos anos 1950 e 1960. Na região de Nonoai, a reserva de Serrinha foi intensamente “intrusada” na década de 1950 e, finalmente, retalhada e colonizada entre o final da década de 1950 e início da de 1960, até ser totalmente extinta em meados do decênio de 1960.<sup>3</sup>

O precedente aberto pela colonização oficial de Serrinha incentivou a intrusão de outras reservas no começo da década de 1960, especialmente a de

Nonoai, esta, em parte, já expropriada aos índios pelo Estado gaúcho desde 1941 (governo do interventor federal no Rio Grande do Sul Cordeiro de Farias) para constituir parque florestal.

### A invasão na reserva de Nonoai, o Master e as lideranças políticas locais

No começo da década de 1960 intensificou-se o processo de intrusão na reserva indígena de Nonoai. Dentre os invasores, madeireiros, agricultores-arrendatários e agricultores sem terra encabeçavam a lista. Os primeiros, ávidos pela rica mata nativa, constituída de farta variedade de espécies de madeiras nobres – araucárias, cedros, grápias, loros, cabriúvas... –, instalavam serrarias no interior das reservas (florestal e indígena) com a conivência do Serviço de Proteção ao Índio e dos guardas florestais do Estado; os segundos cultivavam as melhores terras, abertas com o auxílio dos madeireiros; e os terceiros utilizaram as terras da reserva como válvula de escape diante da demanda por terra que já se anunciava naqueles idos.

Já no final de 1962, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), organizado e liderado por lideranças políticas ligadas ao governador Brizola – na região em estudo, especialmente pelo prefeito de Nonoai, Jair de Moura

Calixto –, após incursões pela Fazenda Sarandi, decidiu incentivar os agricultores sem terra a acamparem na reserva indígena de Nonoai. Efetivamente, no começo de 1963 cerca de novecentos colonos acampam no interior da reserva indígena, no lugar denominado Passo Feio.<sup>4</sup> O evento teve grande repercussão no meio político, no meio acadêmico e na imprensa estadual, num momento histórico particularmente importante, quando os movimentos sociais eram vistos como “sinais eminentes do comunismo”, uma forte ameaça aos interesses da oligarquia agrária, já renunciando o golpe militar em nosso país, o que efetivamente acabaria ocorrendo em 1964.

O movimento de Passo Feio forçou a desapropriação de parte da reserva, área de 2 499 ha, pelo Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1963, constituindo a 4ª Seção Planalto, onde foram assentadas duas centenas de famílias de colonos. Este gesto do governo, no entanto, antes de pôr fim ao esbulho das terras indígenas, acabou fomentando-o. Assim, uma intensa onda de invasões de sem-terra marcou os últimos anos da década de 1960. Em 1967 um grupo de jesuítas realizou um levantamento socioeconômico e cultural em três toldos do Rio Grande do Sul, constatando que no toldo de Nonoai encontravam-se mais de quinhentas famílias de intrusos.<sup>5</sup>

Em meados de 1969, a situação tinha se agravado a tal ponto que, após visita pastoral realizada ao referido toldo, o padre Egydio Schwade fez o seguinte desabafo ao bispo de Frederico Westphalen: “Os índios vem fugindo de sua área pressionados pelos invasores. Para se ver a extensão destas invasões dos últimos meses, basta dizer que só num dia entraram em torno de 60 famílias, e que os 1000 e poucos índios de há três anos só restam ainda uns 700 na área, tendo os restantes fugido.”<sup>6</sup> Nos primeiros anos da década de 1970 a situação permaneceu inalterada, porém a reação indígena já se faz mais consistente, anunciando um novo momento e uma nova conjuntura, como se verá adiante.

Para a presente análise damos ênfase ao enfoque sobre a intrusão da reserva de Nonoai por camponeses sem terra, por considerá-la a mais importante do ponto de vista sociológico. Aqui temos de considerar o caráter diferencial das intrusões: a invasão das reservas por madeireiros e arrendatários capitalistas objetivava o lucro (o dinheiro usurário), ao passo que as investidas dos camponeses pobres representavam estratégias de sobrevivência. A abertura de pequenos sítios com roçados de milho, feijão, abóboras, destinava-se principalmente à subsistência e ao autoconsumo da família do agricultor, geralmente formada por uma prole numerosa.

Diferentemente deste, o madeireiro e o arrendatário eram, em geral, absenteístas, ou seja, estabelecidos no exterior da reserva; por isso, geralmente o maior foco de conflito dava-se entre o indígena e o posseiro pobre, em face do maior tempo de contato entre ambos, com a permanência constante do colono sitiante no interior da reserva, disputando o mesmo espaço agrícola, dividindo o espaço comunitário e fazendo uso dos mesmos recursos naturais: floresta, rios, caça, fontes de água, etc.

### A omissão dos órgãos de proteção ao índio: primeiro, o SPI e, depois, a Funai

Cabe-nos salientar, para livrar-mo-nos de uma vez por todas da concepção demasiado determinista, expressa muitas vezes por certos autores, de que não foi o interesse exclusivo de uma classe social o responsável pela expropriação dos territórios indígenas no Rio Grande do Sul. Sem recuarmos muito no tempo, restringindo a análise ao período histórico do Brasil republicano, verificamos que se sucedeu uma seqüência de avanços e retrocessos no que tange à política indigenista no Estado sulino. Em determinados momentos, o Estado, por meio dos órgãos tutelares, voltava-se para os interesses dos

povos indígenas, como ocorreu quando da demarcação das reservas no início do século XX; em outros, apelava para políticas integracionistas que, ressuscitando a velha teoria evolucionista, sugeriam a emancipação do índio e, conseqüentemente, a colonização das reservas. No entanto, como já dito referido, as terras indígenas tanto serviram aos interesses de madeireiros, granjeiros e fazendeiros capitalistas quanto para abrigar colonos pobres, incluindo caboclos, pequenos posseiros.

Já na década de 1940, o Serviço de Proteção ao Índio assistiu, impassível, à expropriação das terras indígenas pelo governo rio-grandense, que estabeleceu limites de área para cada família indígena nas reservas, destinando o restante para constituir parque florestal, sob o controle do Estado.<sup>7</sup> Vale salientar que esta iniciativa foi decisiva para as investidas nas terras indígenas nas duas décadas subseqüentes e para a oficialização dos esbulhos às terras de Serrinha (11 950 ha), Ventarrosa (753 ha), Nonoai (2 499 ha) e outras, objetivando sua distribuição a famílias de camponeses sem terra.

Enquanto o Estado gaúcho tratava de fazer reforma agrária, avançando sobre os territórios indígenas, o SPI encarregava-se de facilitar o acesso de madeireiros e granjeiros capitalistas e arrendatários:

Instaurada por determinação da Presidência da República, através do seu Gabinete Militar, a Comissão de Sindicância de 1961 tinha por tarefa apurar irregularidades nos Postos Indígenas Cacique Doble, Paulino de Almeida (Ex-Ligeiro), Nonoai e Guarita, no Rio Grande do Sul, do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.

No tocante à Nonoai, a comissão levantou os dados comprobatórios da exploração indiscriminada das madeiras da área indígena, de 1944 a 1961 – especialmente cedro e pinheiros –, toda ela por acordos e contratos do SPI com a firma Hermínio Tissiani & Cia Ltda. A Comissão investigou também as atividades de exploração agro-pastoril e, por ser muito significativo, vale notar outra referência da mesma à firma Tissiani: “Mereceu também destaque a declaração do sr. Oriculo Bandeira quanto a área de 2.000 alqueires (sic) plantada pela firma Hermínio Tissiani & Cia Ltda, já que o contrato apenas permite 500 ha.”<sup>8</sup>

O documento (informativo) ressalta que certamente há engano na referência a 2 000 alqueires, sugerindo que o correto seria 2 000 ha. Ainda assim, trata-se de uma área bastante expressiva, explorada por uma única empresa capitalista.

No começo da década de 1970, com as comunidades indígenas já sob a tutela da Funai, a exploração capitalista da terra indígena de Nonoai prosseguiu, intensificada pela atuação do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI). Embalado pela euforia do “Milagre Econômico”, o governo

federal retomou a discussão da proposta de emancipação dos índios, proposta que mereceu longos debates no terreno político e acadêmico em todo o território nacional, sobretudo no Congresso Nacional, e críticas acirradas de parte de indigenistas, antropólogos e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Havia, segundo o Cimi-Sul, uma forte propensão da Funai em desenvolver economicamente as comunidades indígenas, levando o DGPI, no sul do Brasil, a instalar modernas e potentes serrarias nos postos de Manguueirinha (PR) e Xaçecó (SC) e implantar grandes projetos agrícolas em diversos postos do sul, como de Xaçecó (SC), Guarita (RS) e Nonoai (RS).

Em Nonoai, segundo a mesma fonte, a Granja Ressurreição foi emblemática dentro desta proposta, pois, “totalmente mecanizada e contando com um agrônomo que a fiscaliza, a Granja Ressurreição plantou em 1975, segundo o *Jornal Folha da Manhã* (Porto Alegre, 20 ago. 1975), 500 hectares de soja e 300 de trigo”.<sup>9</sup>

Devem-se considerar, para efeito de análise do que ocorreu nas terras da reserva de Nonoai no final da década 1960 e começo da de 1970, as transformações em marcha no agro-brasileiro iniciadas ainda no final do decênio de 1950. Iniciava-se no período aquilo que se denominou de “a industrialização da agricultura”, com a passagem do com-

plexo rural aos complexos agroindustriais. De uma agricultura autônoma, desatrelada da indústria e desvinculada do mercado interno, passou-se à agricultura capitalista moderna, voltada para grandes culturas de excedente mercantil em mercados competitivos, com alto grau de mecanização e insumos químicos. Em outras palavras, a industrialização da agricultura promoveu a passagem do agricultor artesão (autônomo) para o agricultor especializado e subordinado a regras contratuais; de trabalhador ativo e integral a trabalhador subordinado e parcial.

A partir da década de 1970 os complexos agroindustriais (CAIs) passaram a fazer parte integrante de uma complexa cadeia produtiva, representada pela agropecuária, agroindústria, indústria para a agricultura (indústria de máquinas e insumos) e sistema financeiro. Todos esses setores recebiam a cobertura do Estado brasileiro, como mediador de recursos técnicos, infraestruturais, de mercado, etc.<sup>10</sup> É claro que o casamento entre agricultura e indústria e a modernização desses setores foram viabilizados graças à forte entrada de capitais externos.

A agricultura brasileira tornou-se a partir da década de 1960 a mola-mestra do projeto desenvolvimentista-industrializante, tendendo para o atendimento de três demandas: a) a produção para a exportação, objetivan-

do a geração de superávits; b) a produção de matérias-primas para atender a uma indústria em expansão; c) a produção de alimentos para o abastecimento do estoque regulador, atendendo à crescente urbanização. Para atender a essa exigência, um conjunto de medidas incentivadoras do processo de modernização agrícola foi posto em prática pelo Estado brasileiro. Além da criação de centros de pesquisa e extensão rural (Embrapa, Embrater...), o governo federal criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) para incentivar a produção, comercialização e o consumo de culturas modernas.

A expansão do crédito rural alcançou seu ápice ao longo da década de 1970. O SNCR assentou-se no setor público, e sua vigência ao longo da década de 1970 contou com mecanismos de captação de recursos administrados pelo Banco Central, que concedia empréstimos aos produtores rurais com juros subsidiados. Além disso, o setor agroindustrial foi beneficiado no período por instrumentos de garantia de comercialização. A política de garantia de preços mínimos (PGPM) assentou-se nos mecanismos da AGF (Aquisições do Governo Federal) e EGF (Empréstimos do Governo Federal). Os EGFs destinavam-se preferencialmente à comercialização e ao armazenamento de matérias-primas (algodão e soja), ao passo que as AGFs foram utilizadas

para a cadeia básica da alimentação popular (arroz, feijão e milho), objetivando garantir o estoque regulador, sobretudo, ao longo da década de 1980.<sup>11</sup>

Portanto, a agricultura passou a ficar completamente atrelada aos grandes grupos econômicos e ao sistema financeiro. A industrialização do campo estabeleceu uma nova relação campo-cidade, invertendo-se os papéis: antes, a cidade estava subordinada ao campo; a partir de então, ocorreu a subordinação do campo à cidade. É claro que, diante de tal conjuntura e mentalidade, a comunidade indígena passou a ser considerada, mais do que nunca, como um obstáculo a ser vencido, um entrave ao desenvolvimento, um verdadeiro estorvo para o “progresso”. O campo passou a ser visto muito mais como o lugar de produzir e muito menos como o lugar para se viver.

Nesse contexto, intensificaram-se as intrusões e arrendamentos nas terras da reserva de Nonoai durante a primeira metade da década de 1970, seguindo uma tendência de crescimento que, conforme mencionamos, já se esboçava ao longo dos últimos anos da década de 1960. Entretanto, já no começo desta década, a combinação de alguns fatores levou ao aumento da consciência indígena em todo o sul do Brasil, começando a ganhar forma a organização de um forte movimento de reação. Deflagrou-se, então, o movi-

mento indígena, articulado principalmente pela Igreja Católica, por meio da Pastoral do Índio e do Conselho Indigenista Missionário do Sul.

### A reação e resistência indígena, a Revolta de Nonoai e a Igreja Católica

Após décadas de passividade ou de tímidas reações diante do esbulho de suas terras, os índios se encontravam, em meados da década de 1970, unidos e suficientemente orientados para iniciar uma reação mais forte, objetivando a expulsão dos intrusos em todas as reservas do sul do Brasil. Como teria sido possível uma mudança no comportamento dos índios? Para o entendimento do comportamento indígena no sul do Brasil, temos de recorrer a uma breve análise do papel da Igreja Católica na organização do Movimento Indígena.

Durante séculos, desde o descobrimento do Brasil, a Igreja Católica aliou-se ao Estado e à elite dominante, numa ação tripartite, objetivando a ocupação colonizadora do país pelo europeu. Na relação com as comunidades indígenas, os interesses da Igreja convergiam para a consolidação do projeto do Estado. Por isso, é compreensível a metáfora de que a Igreja se apresentava ao índio carregando numa das mãos a cruz e, na outra, a espada.

A catequese transformou-se numa forma de moldar o índio ao padrão cultural europeu; logo, tudo que fugisse desse padrão teria de ser destruído. Havia uma sede de recriação. Na visão etnocêntrica do europeu, o índio era visto como algo bruto a ser moldado.<sup>12</sup> Intrometer-se na vida dos índios, objetivando mudar-lhes os hábitos, crenças, mitos e ritos, fazia parte do projeto catequético. O papel da catequese revestiu-se de importância tal para o projeto de expansão das frentes de ocupação e colonização do Rio Grande do Sul que o governo provincial efetivamente deu grande apoio aos jesuítas. O índio “manso”, cristianizado e “humanizado” pelos ofícios sacros, submetido à fé católica, além de facilitar a ocupação dos matos pelo branco, poderia tornar-se um trabalhador “útil” à produção.<sup>13</sup> Ao contrário do cristianizado, o índio “bárbaro”, índio do mato, considerado “pedra bruta” pelo senso comum da época ou pedra ainda não lapidada, além de ser considerado um estorvo à livre circulação do transeunte e à ocupação dos matos pelo branco, representava desperdício de mão-de-obra e um entrave ao desenvolvimento do projeto modernizador.

A Igreja Católica se redimiou desse pecado a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, assumindo uma nova postura em relação aos índios. Então, a ação civilizadora

cedeu lugar à ação libertadora, nascendo aí o Movimento Indígena, alicerçado no trabalho da Pastoral do Índio. A velha prática catequético-jesuítica foi substituída por uma prática democrático-libertadora. O desencadeamento de ações apontando para uma nova “pedagogia” de ação da Igreja em relação ao índio ocorreu a partir da criação do Conselho Indigenista Missionário em 1972, órgão atrelado à Pastoral do Índio. A nova postura da Igreja Católica diante da questão indígena pode ser visualizada no principal objetivo do Cimi: “Intensificar a presença e apoio (da Igreja Católica) junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliada dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático.”

Deve ser ressaltado que a nova postura da Igreja Católica a partir da teologia da libertação não se restringiu a ações articuladoras junto às comunidades indígenas, mas envolveu também vários outros movimentos sociais. Por meio da sua ala que se autodenominava “progressista”, a Igreja passou a se internar, por meio das pastorais, nos mais variados segmentos sociais e profissionais representativos dos chamados “excluídos”, assumindo a dianteira em vários movimentos sociais

populares. Num contexto de inúmeras pastorais atuantes, a Pastoral do Índio passaria a receber uma atenção especial.

## O desencadeamento do conflito

Desde a década de 1930, o Estado gaúcho compartilhava com a idéia corrente no senso comum da época sobre a paulatina extinção das reservas e conseqüente integração das comunidades indígenas ao contexto do mercado e do capital, via “projeto civilizatório”. Fica evidente essa preocupação das autoridades estaduais no relatório de 1930 de Torres Gonsalves, diretor de Terras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul: “Reduzidos como vão ficando de ano para ano os toldos, está indicada sua reunião em um ou dois em cada comissão, onde toda a assistência material, moral e social melhor se faria.”<sup>14</sup>

Os discursos da maioria dos políticos do Estado gaúcho nas décadas de 1950 e 1960, invariavelmente, reforçavam essa idéia ao evocarem a disponibilidade de terras do Estado, considerando as terras dos índios como terras devolutas. Especificamente no sul do Brasil, a proposta da Pastoral do Índio de levar a efeito ações no sentido de articulação de um movimento indígena foi encampada pelo Conselho In-

digenista Missionário do Sul do Brasil e se intensificaria entre 1975 e 1979, atuando nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O trabalho pastoral articulou as comunidades indígenas nas várias reservas dos quatro estados, promovendo e incentivando encontros, seminários e debates, facilitando, com isso, a participação das lideranças indígenas e permitindo que expressassem suas opiniões, desabafos, angústias, reclamos, denúncias, ameaças.

Segundo revelou o deputado Luciano Machado na Assembléia Legislativa, o Estado é possuidor de vastas áreas de terras, completamente devolutas, isto é, improdutivas.

Enquadrou nas mesmas 400 colônias do Estado, em Tenente Portela, que se encontram devolutas, e ainda 700 colônias de reserva, também do Estado, ao lado da área dos índios (de 4.100 colônias). Juntadas as áreas de Tenente Portela e Nonoai dão 27 mil hectares, área superior a desapropriada em Sarandi.<sup>15</sup>

Como é possível perceber, o deputado Luciano Machado, que fazia oposição ao governo Brizola, criticou a decisão daquele governo de desapropriar a Fazenda Sarandi, que pertencia a proprietários particulares (estrangeiros), assumindo as dores dos latifundiários e sugerindo a utilização das terras do Estado destinadas às reservas, inclusive indígenas, para a viabilização do projeto de reforma agrária, por considerá-las “improdutivas”.

Assim, a usurpação das terras tribais para fins de reforma agrária era vista na época como algo inevitável e que dependeria apenas do fator tempo; tampouco havia de parte da sociedade civil organizada, e mesmo da Igreja, maiores preocupações para que isso fosse evitado. Ao contrário, no caso das reservas de Nonoai (Parque Florestal e toldo indígena), tanto a Igreja quanto a classe política, independentemente de partido, deixavam transparecer que havia terras suficientes para abrigar índios e posseiros. A expressão “há muita terra para pouco índio” era frequentemente usada para justificar a permanência de posseiros no interior das reservas, ignorando o modo de vida tribal, suas representações simbólicas e sua organização social.

Malgrado a existência de um contexto favorável ao Movimento Indígena (MI) na região de Nonoai, após o surgimento do Cimi, um conjunto de forças aliou-se à causa camponesa, estabelecendo-se, então, um duelo entre a força apoiadora do MI e o grupo colocado ao lado dos colonos posseiros, ao qual aderiram, além de políticos ligados a várias correntes partidárias, até mesmo integrantes da própria Igreja Católica. De acordo com o Cimi-Sul,<sup>16</sup> em 1976 e 1977, os indígenas de Nonoai tiveram um período de intensa preparação, tempo em que foram vencidos os conflitos internos e verificou-se maior

engajamento de parte do Cimi na organização do movimento, pelo respaldo dado às lideranças, pela divulgação das condições opressivas às quais estavam submetidos os indígenas e do antiindigenismo praticado pela Funai.

Ainda como elemento determinante para a mudança de comportamento dos índios de Nonoai, podemos apontar a mudança no cacicado. Em fins de 1977, Xangrê foi eleito cacique, em substituição a Peny. Como representante de uma ala mais radical e contrária aos posseiros e arrendatários, e estando mais próximo à nova geração de caingangues, Xangrê tratou desde logo dos preparativos para a “revolta”, afrontando a Funai e desencadeando um clima de guerra contra os brancos. Assim, no começo de 1978 a comunidade indígena de Nonoai apresentava-se preparada e disposta para a luta. Cabe ressaltar que havia uma conjugação de fatores favoráveis à mobilização dos índios: havia um alto grau de conscientização dos índios em todo o sul do Brasil, conforme referido; a superação de conflitos internos (após alguns desentendimentos em razão da troca de cacique na reserva) promovera a união dos índios, agora dispostos a lutar por uma causa comum.

A chamada “causa indígena” recebia adesões ou manifestações de apoio das mais diferentes entidades, organizações (nacionais e internacionais)

e pessoas (antropólogos, indigenistas, ecologistas, sociólogos), além da articulação do movimento com outros movimentos sociais populares que cresciam em todo o Brasil. Havia uma total desarticulação de parte dos agricultores intrusos, abandonados à própria sorte no interior da reserva e divididos por questões de individualismos, influências da política partidária, egoísmos, orgulho, etc. A “revolta” efetivamente aconteceu em maio de 1978:

A luta entre posseiros e índios na reserva indígena de Nonoai se agravou nas últimas horas. Segundo informações transmitidas ao deputado Aldo Pinto pelo prefeito Gervásio Magri, existem dezenas de feridos, muitos dos quais deverão ser transportados para os hospitais de Passo Fundo. No telefonema, o prefeito de Nonoai diz que a situação se agravou na semana passada, quando foram incendiadas sete escolas municipais, localizadas na área da reserva indígena.<sup>17</sup>

A tática utilizada pelos índios para a expulsão dos colonos posseiros seguia um roteiro de ações, iniciando pelas advertências, passando pelas intimidações verbais e, finalmente, as ações de fato. Dentre as ações denunciadas pelos posseiros estavam a destruição de plantações, os ataques às residências dos posseiros e o incêndio de escolas.

Uma patrulha de 250 índios fortemente armados está encarregada de percorrer a reserva indígena de Nonoai, e dar um *ultimatum* aos agricultores para

que desocupem a área em menos de 24 horas. Mais tarde, a patrulha volta ao local e o agricultor, caso não tenha obedecido à advertência, será sumariamente expulso dos limites da reserva indígena. Ontem os índios incendiaram os pertences de duas famílias e prenderam um caminhão que transportava um pequeno carregamento de madeira, que era retirado pelo agricultor conhecido como Chico Mascate. Também mantiveram sob o domínio o motorista que dirigia o caminhão, enquanto, davam liberdade ao ajudante Luiz Capelari.<sup>18</sup>

A violência física acabou sendo um expediente utilizado pelas partes, com alguns insistindo na retomada da terra, os índios, e outros resistindo à perda da terra, os posseiros. As agressões no confronto direto entre índios e posseiros resultaram em feridos e em, pelo menos, uma morte.

À reportagem de O Nacional, o índio Avelino falou com alguma dificuldade e contou que “dez índios e oito brancos” se desentenderam com um saldo de três índios feridos e um branco. “Nós fomos avisar os homens pra ele sair da terra. Um tava com uma faca e eu fui tirá. Daí ele me cortou”. Os outros dois índios foram atendidos, segundo Avelino, em Nonoai mesmo e não soube contar nada a respeito do posseiro ferido. Disse, entretanto, que “quase mataram o homem branco”. Referindo-se a situação que reina na área indígena, a partir dos incidentes com agricultores que estão se apossando das terras dos índios. Avelino Pedroso afirmou: “a coisa está muito feia, tem muita gente invadindo”.<sup>19</sup>

O aumento da tensão entre índios e posseiros, culminando com o confronto de maio de 1978, induziu a Funai a se engajar efetivamente ao movimento indígena, tornando-se um aliado da causa dos índios e tratando de buscar alternativas para a evacuação dos colonos intrusados nas reservas. Conforme noticiado num jornal da região, a Funai garantiria que “todos os invasores das áreas indígenas localizadas em Nonoai e Planalto serão tirados a partir dos próximos dias por determinação da Fundação Nacional do Índio”.<sup>20</sup>

Segundo a mesma fonte, o delegado regional da Funai, José Carlos Alves, procurava acalmar a opinião pública dizendo que o clima entre posseiros e índios não era tão violento como vinha sendo propalado; também negava que os incêndios às escolas tivessem sido praticados pelos índios, pois, segundo ele, teriam resultado de ações planejadas, com ataques feitos todos pela madrugada, e “o índio não planeja, ele ataca a qualquer hora”. E concluía: “Os incêndios não teriam sido praticados, nem por índios e nem por posseiros, mas, por ‘aproveitadores’.” Estaria o delegado subestimando a capacidade de organização dos índios ou pretendia tão-somente protegê-los?

Simonian, ao contrário do delegado regional da Funai, sugere que o incêndio às escolas era parte de uma decisão planejada pelos índios nos

mínimos detalhes: “Em três de maio (1978), os líderes indígenas se decidiram: o trabalho teria início naquela noite. Na aldeia de Pinhalzinho obteriam junto ao chefe do posto o combustível necessário para o incêndio das escolas sem que este soubesse sobre o destino da gasolina cedida.” Para a autora, a escola representava “um mecanismo retentor dos posseiros” na reserva.<sup>21</sup>

Ressalta-se que o clima de confronto entre índios e colonos se fazia sentir há muitos anos. O jornal *Estado de São Paulo* noticiou a eminência de levantes:

A qualquer momento poderá ocorrer um grave conflito entre 1.200 caingangues de Nonoai, a 461 quilômetros de Porto Alegre e os agricultores que trabalham nas terras reclamadas pelos índios...<sup>22</sup>

As hostilidades entre brancos e kaingangues ocorrem desde o início da invasão e somente não se transformaram em lutas de maiores proporções por que o chefe do posto tem pedido paciência, conforme acentuou o cacique Alcindo Nascimento, líder dos 1.700 kaingangues de Nonoai, ao explicar que há cinco anos os índios já queriam lutar para expulsar os brancos.<sup>23</sup>

Portanto, há que se considerar na decisão dos indígenas de Nonoai que a iniciativa, as táticas e ações da comunidade caingangue foram discutidas pelo grupo e resultaram de idéias amadurecidas. Documentos e fontes secundárias apontam o propalado movimento na reserva de Rio das Cobras,

em Laranjeiras do Sul, estado do Paraná, como inspirador para a decisão dos índios de Nonoai. Naquela reserva houve uma situação semelhante, em que os índios afrontaram os intrusos, conseguindo evacuá-los de suas terras.<sup>24</sup> Isso evidencia a existência na época de canais de comunicação entre as comunidades indígenas pelo Brasil, unificando, como já referido, discursos, estratégias e planos de ação em nível nacional, situação não vivenciada pelas comunidades indígenas na década de 1960.

A “Revolta de Nonoai” ocorreu em maio de 1978. Em janeiro do mesmo ano algo semelhante ocorrera na reserva de Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná, depreendendo-se daí que Nonoai seguiu o exemplo de Rio das Cobras. Na reserva de Rio das Cobras, por ocasião do levante dos índios, mais de 90% das terras, segundo informa o Cimi-Sul, estavam ocupadas por fazendeiros, grileiros, madeireiros e colonos sem terra. Durante muito tempo, índios e padres desta entidade denunciaram à Funai e à opinião pública as invasões, o roubo de madeira e a ação predatória das matas feita por madeireiros. Na falta de resultados práticos, índios guaranis e caingangues decidiram iniciar a luta pela retomada de suas terras, expulsando delas todos os invasores.<sup>25</sup>

Em Nonoai, o conflito ficou mais limitado ao confronto entre índios e co-

lonos, ainda que estivessem os índios dispostos a evacuar também os madeireiros e arrendatários. Estima-se que mais de mil famílias de camponeses foram expulsas do interior da reserva, das quais a maioria permaneceu errante pelas estradas da região. Essas famílias promoveram invasões no que restou da antiga Fazenda Sarandi a partir de 1979, iniciando uma nova fase nas lutas sociais do campo na região.

### Uma territorialização de conflitos: novas resistências

O movimento indígena que resultou na expulsão de milhares de camponeses pobres que viviam na condição de posseiros no interior das reservas de Nonoai e Cacique Doble constituiu-se num evento de dupla face: de um lado, do lado indígena, representou o coroamento de uma caminhada vitoriosa empreendida pelos indígenas, que começou com um longo processo de preparação, amadurecimento e organização coletiva e que resultou na re-conquista da terra; de outro, do lado dos colonos posseiros, o movimento serviu para mostrar o alto grau de desmobilização para a luta, a desorganização e falta de espírito coletivo dos camponeses. Como consequência, milhares de sem-terra ficaram a vagar pelas estradas na região de Nonoai, Ronda Alta e Sarandi:

De maio de 1978 em diante isto aqui se tornou um corredor de peregrinação; colonos que iam, que vinham; gente que tinha necessidade, que passava fome; pessoas que precisavam de ajuda e eu lembro que no primeiro momento, a minha atitude como padre era socorrer as vítimas.<sup>26</sup>

Das mais de mil famílias expulsas da reserva de Nonoai, em virtude de negociações e propostas e promessas, num cenário de total ausência de perspectivas, em torno de 750 foram transferidas, provisoriamente, para o Parque de Exposições de Esteio para, com promessa de estarem em melhores condições (auxílio, infra-estrutura, etc.), permitir a discussão e a proposição de alternativas. Outro grupo permaneceu acampado próximo à reserva; outros, ainda, espalharam-se pela região, sendo apoiados e acolhidos por parentes e/ou em propriedades de conhecidos na circunvizinhança.<sup>27</sup>

Os veículos de comunicação desde logo buscaram desqualificar o movimento; seu pano de fundo ideológico alimentava as idéias de desarticulação dos grupos acampados; de não-percepção da problemática agrária e sua conseqüente proletarização no campo, dando visibilidade e insistindo na solução via projetos de colonização, assalariamento urbano (que, no período, apresentava-se como eficaz) ou nas empresas rurais na região (as quais eram abundantes, principalmente em Passo Fundo e Carazinho), as quais demons-

travam necessitar de mão-de-obra; a necessária repressão policial para manter a ordem e defender o direito de propriedade, de desestabilizar os movimentos em prol da reforma agrária, produzindo desadesão ou não-adesão.

Entretanto, desde logo (ainda no ano de 1978) surgiram lideranças forjadas no campo popular, preocupadas com a articulação de um movimento de abrangência mais ampla, capaz de fazer convergir para um mesmo foco propostas dispersas em torno da luta pela terra.<sup>28</sup> Vale salientar que naquele momento a ala progressista da Igreja, aglutinada na Comissão Pastoral da Terra (CPT), começava a ganhar espaço e articular-se com lideranças do meio acadêmico e com sindicalistas combativos, os quais, aos poucos, foram cooptando adeptos e ganhando espaço no terreno político.

Padre Arnildo, uma das principais lideranças da Igreja Católica na região, transformou-se numa espécie de baluarte da causa camponesa na região. Assumindo a paróquia de Ronda Alta em 1977, imediatamente se deparou com o drama dos posseiros de Nonoai. Num primeiro momento, na segunda metade do ano de 1978, dedicou-se exaustivamente ao trabalho de assessoria, objetivando dar um encaminhamento imediato às principais demandas dos camponeses expulsos de Nonoai, que, segundo ele, “peregrinavam pelas estradas de Ronda Alta”.

Num segundo momento, amparado na filosofia da CPT, tratou de articular uma estratégia visando reunir os “desgarrados”, sob a mística da resistência contra a opressão e a luta pelo direito à terra.<sup>29</sup>

Já no final de 1978, criaram-se as condições para a articulação de um movimento de resistência e pressão com base num plano estratégico que começava a se esboçar com o surgimento de alguns intelectuais:

Fomos andando e aí pelo mês de setembro de 1978 eu tive os primeiros contatos com o João Pedro Stedile. Ele trabalhava na Secretaria da Agricultura e aqui no Natalino tinha uma estação experimental, então a gente se encontrava neste ir e vir e trocávamos idéias sobre o que fazer, já que ele era uma liderança do meio estudantil.<sup>30</sup>

Entretanto, naquele primeiro momento, a incipiente organização e a falta de uma participação mais consistente de parte das lideranças e intelectuais, o medo de represálias, o medo de ser malvisto perante a opinião pública impediram a organização de um movimento imediato de ocupação. Permanecia, assim, grande número de pessoas no abandono em toda a região do Grande Sarandi.

Mesmo no Parque de Exposições, o alojamento era precário, pois promessas não foram cumpridas nem levadas em frente; o grupo no interior do parque esteve sempre sob forte aparato

policial-militar, dificultando-lhe a saída e as visitas de entidades e populares solidários. Porém, essa tentativa de isolamento não foi tão eficiente, pois pelo fato de estarem próximos à capital os colonos, de forma deliberada ou não, acabavam dando visibilidade maior à realidade e promovendo ampla discussão e denúncia sobre a questão da terra no estado e no país. A pressão para a adesão aos projetos de colonização na Chapada dos Guimarães e em Canarana foi intensa.

Após muitas negociações, promessas, outras não cumpridas, repercussões, mediações, solidariedades, pressões, etc., três meses depois, em torno de 550 famílias das que estavam no Parque de Exposições foram transferidas para projetos de colonização no Mato Grosso, numa região denominada de Terra Nova, em projetos de agrovilas orientados por Igrejas,<sup>31</sup> outras 130 famílias foram para assentamento em Bagé, sob orientação da Cooperativa Aceguá; outro grupo que permaneceu acampado próximo da reserva e os que se espalharam pela região bateram pé na promessa do governador Guazelli de conseguir terras no estado.<sup>32</sup> Desse modo, parte, pelo menos, da realidade conflituosa e problemática dos colonos expulsos havia sido resolvida.<sup>33</sup>

No entanto, havia o problema dos que ficaram. Sem nenhuma proposta efetiva de reassentamento, na meta-

de de 1978 um grupo de 37 famílias invadiu a reserva florestal da Fazenda Sarandi. Em 5 de julho de 1978, dois dias após a primeira invasão, já se encontravam mais de cem famílias no interior da referida área, segundo anunciado na imprensa regional.<sup>34</sup> Chegou-se, então, ao ano de 1979 e, desde os primeiros meses, o grupo dos expulsos de Nonoai já tinham certa caminhada, com a qual tinham obtido certa experiência, coesão e poder de organização. Não esquecendo que o trabalho da CPT, aliado ao apoio e acompanhamento de intelectuais – como João Pedro Stedile, Ivaldo Gehlen –, foi fundamental no sentido de soldar certas rupturas intragrupo e eliminar certos medos e/ou certa timidez para a luta e resistência.

No começo de 1979 a gente resolveu fazer nucleação das famílias para se discutir com elas o que fazer. Foi muito interessante, pois surgiu um núcleo em Planalto, um em Nonoai e um em Três Palmeiras. Eu naquela época já estava na CPT e aí nós tomamos a iniciativa como pastoral. Assim se estruturaram três núcleos, com coordenações (uma coordenação de cada núcleo).<sup>35</sup>

A organização dos núcleos de sem-terra inovou ao introduzir uma certa pedagogia no trabalho de estruturação e organização do movimento. Por meio da regionalização, da CPT e dos intelectuais conseguiram chegar aos mais recônditos espaços, arrebanhando até mesmo o sem-terra que, por uma razão

ou outra, se desgarrava do grupo fugindo da luta.

Em julho de 1979, os sem-terra iniciaram o que se poderia chamar de movimento mais amplo de pressão, pois consideramos que as invasões da reserva florestal e de uma outra gleba particular da Fazenda Sarandi (propriedade de Ary Dionísio Dalmolin), em meados de 1978, foram apenas os primeiros esboços do movimento. Aqui já temos presentes alguns resultados práticos da organização dos núcleos formados pela CPT de Ronda Alta. Naquele momento intensificaram-se as viagens à capital do estado, objetivando obter do governo a liberação das áreas Macalli e Brilhante, na antiga Fazenda Sarandi, para o assentamento dos expulsos de Nonoai.

Aí fomos, em fins de julho, lá no governador. Então ele nos recebeu. Fomos em uma delegação grande da região, lembro que até o Prefeito aqui de Ronda Alta foi junto e outros políticos da região; fomos numas 50 pessoas entre os sem terra e mais uns de apoio. Na época o Governador disse bem claro: que ele tinha compromisso, tinha preocupação com os pobres, em fim, essa conversa de sempre, mas que ele precisava uns trinta dias para resolver a questão. Foi então que o pessoal pediu a Macalli e a Brilhante, pois sabiam que eram de propriedade do Estado e que estavam arrendadas para empresas que não necessitavam da terra.<sup>36</sup>

O governo, naquele momento, pediu um prazo de trinta dias para

resolver a questão, porém o prazo esgotou-se sem que fosse apresentada uma proposta de solução. Frustrado o intento dos sem-terra de receber do governo as propriedades citadas sem a necessidade de ocupação, o grupo decidiu invadir a gleba Macalli em 6 de setembro de 1979. A data foi estratégica, segundo o nosso entrevistado:

Aí foi escolhida a data de 06 de setembro, estrategicamente, né, próximo ao feriado, as estradas estariam livres, etc. E no dia 06 (setembro), durante o dia se encaminhou a organização e à noite se fez a ocupação da Macalli. Com a vantagem que se teria três dias de feriado, pois dia 07 era uma sexta-feira, tinha mais o sábado e domingo que ninguém ia atrapalhar, pois as repercussões só sairiam na segunda-feira.<sup>37</sup>

O governo ameaçava dismantelar o movimento da Macalli num primeiro momento, porém recuou em seguida para tentar resolver o impasse pela via da negociação. Finalmente, surgiu o primeiro resultado prático favorável aos ex-possesores das reservas indígenas de Nonoai e Planalto: a Macalli seria conquistada, decidindo o governo do estado pela permanência no local do grupo de invasores até que uma solução definitiva fosse tomada, assim que fossem superados os ditames burocráticos.

O caso Macalli, porém, abriu um precedente e os sem-terra se animaram e prepararam a ocupação da Bri-

lhante, o que se efetivou ainda no mês de setembro de 1979: “Como isso estava deslanchando, dando certo, aqueles que não vieram junto na primeira leva, vieram pra Brilhante. Então nos dias 25, 26 e 27 de setembro foram os dias da ocupação da Brilhante. Como na Macalli não foram tirados, na Brilhante também não podia, né.”<sup>38</sup>

A ocupação da Brilhante, no entanto, provocou forte reação do governo, ocorrendo nos meses subseqüentes inúmeros confrontos entre ocupantes e Brigada Militar: “Aí se passou um período de parte do Governo de muita dureza, foram uns 6 meses de muita pressão, Brigada Militar muito violenta, gente que saía não deixavam mais voltar, em fim, houve muito sofrimento, foi uma luta muito dura, mas foi um aprendizado.”<sup>39</sup>

Ademais, os casos de Macalli e Brilhante reacenderam as discussões sobre a polêmica em torno das terras do Estado na Fazenda Sarandi. Na Assembléia Legislativa, no final de 1979, uma CPI desnudou uma série de trapaças, negócios escusos, casos de grilagem, vendas ilegais de madeiras, distribuição de terras para pessoas estranhas a agricultura, desmatamentos realizados ao longo do período militar (desde 1964 até 1979), irregularidades que, invariavelmente, eram realizadas pelos funcionários-administradores da Fazenda Sarandi, sob a intermediação de parlamentares situacionistas.<sup>40</sup>

As ocupações das fazendas Macalli e Brilhante, além da ameaça de outras vizinhas e/ou integrantes da histórica Fazenda Sarandi (é o caso da Anoni, Santa Rita), em setembro de 1979, envolveram não só os expulsos de Nonoai, mas também os atingidos por barragens, diaristas de granjas, assalariados rurais, sem-terra assentados na Fazenda Sarandi (desapropriação de Brizola na época do Master) e que ainda não tinham obtido título definitivo, bem como posseiros, arrendatários, minifundistas que entendiam não ser possível fragmentar ainda mais sua propriedade e que necessitavam de terra para permitir a sobrevivência de elementos, em geral, masculinos, de suas unidades produtivas, além dos retornados dos projetos de colonização no Mato Grosso e, mesmo, alguns de Bagé.<sup>41</sup>

O grupo ampliou-se; produziram-se novos grupos e conflitos internos em torno de quem poderia ou deveria ser contemplado numa futura desapropriação e possível seleção de acampados em determinadas fazendas. Acampamentos anexos aos já existentes começaram a aparecer na região, produzindo, como já falamos, conflitos e divisões internas, bem como maior visibilidade pública do fato, conquistando também apoios e opiniões externas em torno da questão.<sup>42</sup>

A primeira vitória, ainda que parcial, dos grupos que pressionavam aconteceu entre maio e julho de 1980,

com a seleção de famílias para o assentamento na Fazenda Brilhante, esta, como Macali, objeto de grandes disputas jurídicas e pressão social, CPI e outros movimentos em torno de suas desapropriações para efeitos de reforma agrária. Porém, em outubro de 1980 outro grupo não contemplado tentou invadir a Anoni, sem obter resultados positivos, pois foram imediatamente desalojados pela polícia, a qual esteve sempre no período em alerta e marcando presença na região, forçando os invasores a retornar para o acampamento na Brilhante.<sup>43</sup>

Não podemos deixar de mencionar o fato de que o movimento dos acampados, tanto os oriundos de Nonoai como outros que foram se somando na região, promoveu a retomada das discussões sobre a Fazenda Sarandi, sua desapropriação, suas negociatas, procurando deslegitimar a ação dos atuais proprietários (os irmãos Dal Molin, a empresa Macali, a família Anoni, a família Guerra, dentre outros de menor expressão que também adquiriram terras da fazenda-mãe no período militar de até então), pois parte desta fazenda havia sido, no período do Brizola, desapropriada para ser terra de camponeses-agricultores familiares e tinha se tornado, a partir daí, terra de latifúndio, terra de negócio, terra de renda fundiária, terra de industriais e comerciantes.<sup>44</sup>

Desse modo, a partir de Nonoai deslocaram-se várias frentes em torno da questão da terra na região, além de sua tentativa de assentamentos, discutindo-se a legitimidade das negociações fundiárias e reabrindo-se as discussões em torno das políticas de colonização, que, no fundo, foram marca registrada de governos militares de até então, assim como de governos do estado. A questão agrária regional e em nível de estado, porém muitíssimo centrada na região em questão, passou a ser muito mais politizada por setores da sociedade civil organizada, pois experiências frustradas, tanto dentro da reserva indígena de Nonoai quanto outras formas de pressão e invasões, tinham se mostrado pouco frutíferas nesses quase dois anos após a expulsão.<sup>45</sup>

Entretanto, em torno de 350 famílias de acampados no interior da Fazenda Sarandi continuavam a vê-la como símbolo de resistência e expressão das contradições da questão agrária no Brasil e, em especial, na região e, acima de tudo, palco da insistência da solução para os acampados próximos e/ou no interior a mesma. Assim, a fazenda era expressão de esperança para muitos; para outros, tornou-se sinônimo de impossibilidade e de desistência.<sup>46</sup> E foi isso que continuou ocorrendo por meio da dispersão, das dissidências, da aceitação aos projetos de colonização no Centro-Oeste. A in-

vasão da Anoni em 1980 e o seu desmantelamento pela polícia ocasionaram ainda maiores conflitos internos, fragmentações, mas, ao mesmo tempo, a consciência da unidade e do enfrentamento. Houve muitos conflitos entre grupos de colonos contemplados na gleba Brilhante; agressões verbais, ameaças de morte, desistência, depoimentos negativos de dissidentes nos jornais e rádios locais e da capital sobre o movimento, sobre corrupção, bebedeira, desvios de dinheiro de instituições mediadoras, etc.<sup>47</sup>

Malgrado a existência desses problemas internos ao grupo de sem-terra – a partir de então já contando com o apoio de lideranças e intelectuais dos movimentos populares e da CPT –, houve grandes avanços, no cômputo geral do movimento, no que tange a sua estruturação, formação de comissões, democracia interna, o direito dado ao humilde camponês de se manifestar, de participar das decisões do grupo pelo voto, de sentir-se útil, descobrir-se como alguém que tem seu valor (apesar de ser pobre e iletrado).

Destarte, as primeiras ações dos sem-terra no pós-revolta indígena de Nonoai, sobretudo os eventos de Nonoai e Brilhante, representaram o despertar para um novo momento histórico. A cada ação ou ameaça de invasão crescia a adesão. Assim, após uma caminhada de dois anos, estava gestado o maior movimento social agrário de

todos os tempos, o Movimento dos Sem Terra (MST), deflagrado a partir do acampamento de Encruzilhada Natalino. As estratégias e lutas começaram em janeiro de 1981 na dita Encruzilhada Natalino, ao sul da Fazenda Sarandi, na entrada da gleba Macali. No início, sua adesão foi paulatina e a visibilidade pública e midiática, aquém e muito distante do que se transformaria pouco tempo depois. Em julho já eram seiscentas famílias acampadas reivindicando terra no estado.

Em termos geográficos, a dita “encruzilhada” permitia um entroncamento entre as estradas Passo Fundo-Nonoai e Ronda Alta–Sarandi no interior da Fazenda Sarandi. O acampamento, nessa conjuntura de abertura, de certa ogeriza social em torno da estrutura militarizada da sociedade, bem como da histórica luta regional pela reforma agrária, em especial na Fazenda Sarandi, passaria a ser expressivo da conjuntura política e do cenário regional dos conflitos sociais,<sup>48</sup> das contradições fundiárias na região. No dizer de Marcon, esse acampamento, no início, não foi fruto de uma organização mais efetiva, mas mais da premência das condições materiais, da ausência absoluta de perspectiva de vida de sem-terra e minifundistas. Os primeiros a acampar foram os de Nonoai que não haviam sido contemplados nas fazendas Macali e Brilhante.<sup>49</sup>

O autor atesta que muitos dos acampados viviam como arrendatários, meeiros ou assalariados; acamparam para conseguir um pedaço de terra; famílias com trajetórias diversas e experiências de vida anteriores (tanto na sua relação com a terra, em termos de etnias, procedências, etc.) provinham de mais de uma dezena de municípios, em geral da microrregião do Médio Alto Uruguai, espaço de colonização das primeiras décadas do século XX, como pequenos produtores familiares, sendo de Ronda Alta a maior procedência (469 famílias, 45,12%), retornados de projetos de colonização do Incra no Mato Grosso (Canarana e Terra Nova); os remanescentes de Nonoai formavam 42 famílias.<sup>50</sup>

É bom dizer que, no período, a Fazenda Sarandi, esfacelada que estava, não representava apenas um espaço do latifúndio, ainda que essa fosse sua marca registrada; grandes proprietários, pequenos camponeses, em geral descendentes de imigrantes europeus e com características de agricultura familiar, índios caingangues de Serinha, posseiros, arrendatários, madeireiros, assalariados rurais, dentre outros, a compunham. Nesse cenário, estratégias variadas de ação foram implementadas pelos acampados, principalmente agora mediadas pela presença da Igreja e, em especial, por padres e freiras da região, os quais conheciam

a realidade local, bem como entendiam as problemáticas de vida dos colonos.

Pressões no âmbito político, uso dos meios de comunicação, invasões de fazendas próximas e pretendidas pelos acampados; várias entidades analisando a situação, políticos sensibilizados, a CPI da Assembléia, tudo isso forneceu subsídios à realidade da Fazenda Sarandi.<sup>51</sup> Resistências e promessas do governador Amaral de Souza, extremamente comprometido com os interesses do grande latifúndio, com a oficialidade da Igreja Católica, com o modelo produtivista da agricultura brasileira, que no período contemplava o granjeiro e o produtor moderno de soja como paradigmático para o desenvolvimento e o progresso no meio rural, fizeram-se presentes no cenário em disputa.

O acampamento passou por várias fases, que vão da sua constituição lenta até metade de 1981; intervenção militar-federal, assentamento provisório em 1982, até o assentamento definitivo em outubro de 1983.<sup>52</sup> Dentre os fatos mais expressivos dessas fases encontram-se a capacidade que o movimento teve de chamar a atenção da esfera pública e política do estado e do governo federal, do Incra, das forças de repressão, dos latifundiários locais, pelo medo de invasão em suas terras.

Os conflitos internos foram inúmeros, e é impossível elencá-los aqui

em sua totalidade e abrangência. Apenas enfatizamos que muitos deles giravam em torno de questões como as opções em ficar ou ir para projetos de colonização; a presença do coronel Curió como expressão e representante das forças de repressão; as lutas por hegemonia interna de grupos sob influência externa; ações midiáticas, políticas e militares no sentido de deslegitimar e desqualificar o movimento, qualificando os seus membros como vagabundos, preguiçosos, aproveitadores, agitadores da ordem e da desordem da propriedade...; repressão policial ostensiva e simbólica; mística religiosa (cruz, sofrimento, morte, esperança, vida, leitura bíblica, a fome, a junção entre fé e política assumidas coletivamente).<sup>53</sup>

Campanhas e mais campanhas foram organizadas no campo solidário por Igrejas, universidades e sindicatos; inédito levantamento de várias fazendas na região em outras partes do estado e em várias regiões do país para efeito de reforma agrária – processo esse feito com a presença de representantes de sem terra; tentativa de ocupação de várias fazendas na região, dentre elas a Anoni e a Santa Rita; conflitos e divisões internas em termos de área e a quem deveria ser dada a prioridade de assentamentos;<sup>54</sup> intensas ritualizações por ocasião do Dia do Agricultor (25 de julho 81); acampa-

mentos em Porto Alegre em frente ao palácio; ostensiva intervenção militar federal, justificada como área de segurança nacional para combater focos de tensão social no campo;<sup>55</sup> divisão do acampamento entre os que decidiram ficar e os que queriam partir para o Mato Grosso; posição de bispos em prol da justiça social no campo, ainda que sua atuação tenha se dado na ótica da “assistência espiritual e serviço fraterno às famílias”.<sup>56</sup>

Como materialização da metáfora da encruzilhada, o movimento nesse local enfrentou muitos e difíceis momentos de fragilidade, ausência de esperanças, incertezas, sobreposições de lideranças (ainda que o papel mediador da CPT em sua metodologia de participação e democracia tenha sido marca registrada da nova ação política junto aos sem-terra); traição de outras; apoio de grupos externos e intensa propaganda de desqualificação de outras (aqui se destacam alguns jornalistas do *Zero Hora* e da Rádio Gaúcha, ambos vinculados à Rede Brasil Sul de Comunicação – RBS); divisões internas em termos de permanência ou saída para novas colonizações;<sup>57</sup> a importância do retorno de alguns colonos de outros projetos externos de colonização; intransigência do governador Amaral de Souza;<sup>58</sup> repressão continuada da polícia; o papel e a imagem da Igreja no interior e no exterior ao

movimento; a estratégia da aquisição de área provisória de 108 ha pela Igreja Católica de Passo Fundo e a breve experiência do assentamento de Nova Ronda Alta; a conquista da terra para os que resistiram em várias regiões do estado, dentre elas em Cruz Alta, Palmeira das Missões, Ronda Alta, Nova Ronda Alta, Três Palmeiras, Trindade, dentre outras pequenas extensões em outros espaços.

Enfim, o Acampamento de Encruzilhada Natalino não encerra um processo de luta, ao contrário, abriu possibilidades para; demonstrou ser possível pela luta, pressão, organização, estratégias coletivas, mediações honestas e convictas, publicizando e convencendo a opinião pública e o próprio grupo, lançando mão de rituais religiosos e políticos, dentre uma série de outros aspectos, ser possível, pela mão dos trabalhadores, alterar pelo menos alguns aspectos da injusta distribuição da terra no país.

## Considerações finais

O conflito de Nonoai deve ser reconhecido como emblemático no contexto das lutas sociais no campo do Rio Grande do Sul, constituindo-se num marco histórico, não apenas pelas suas dimensões (número de camponeses envolvidos), mas, sobretudo, pelas repercussões sociais que desencadeou.

Grande parte dos camponeses do conflito de Nonoai de 1978 seria a que iria engrossar as primeiras fileiras do MST na emblemática concentração de Encruzilhada Natalino. Por outro lado, a luta dos índios de Nonoai, muito mais do que a de Rio das Cobras e de qualquer outra do sul do Brasil, identificou o índio de Nonoai como sendo o “valente”, o “irrequieto”, o “destemido” conscientizado, obstinado a lutar pelos direitos indígenas. Muitos cidadãos nonoaienses fazem questão de se identificar com a pecha de “índio de Nonoai”, algo semelhante ao que muitos tradicionalistas do Rio Grande do Sul falam ao fazerem uso do gentílico gaúcho do tipo: “Sou gaúcho guapo, tche!”

Mas deixando de lado esta questão sobre o imaginário despertado na população de Nonoai pela “revolta dos índios”, podemos dizer, com toda a certeza, que este conflito fez de Nonoai o calcanhar de Aquiles para as lutas que se seguiram nas décadas seguintes, inclusive para o movimento pela retomada de Serrinha na década de 1990, deflagrado pelos índios. A maioria das lideranças indígenas do movimento da década de 1990 era de Nonoai, assim como a maioria dos camponeses dos acampamentos da região implantados a partir de 1979 era de invasores da reserva indígena de Nonoai.

A experiência da Encruzilhada colocou em xeque as propostas de coloni-

zação pelo governo; expôs os malefícios e as injustiças do grande latifúndio no estado e no país, as conquistas dos espaços políticos e da reforma agrária, ainda que num cenário de militarização e conseqüente repressão (ou seja, nada adepto às oportunidades políticas para tanto);<sup>59</sup> expressou uma encruzilhada de possibilidades, pois alguns dos acampados foram para o Mato Grosso, outros foram assentados no estado e na região, outros se dispersaram, outros retornaram dos projetos de colonização anteriores e, junto com estes últimos, muitos outros ainda engrossaram as fileiras de mais acampamentos, dentre os quais o da Anoni em 1984.

O movimento indígena de 1978 e os acampamentos pré-Encruzilhada Natalino de 1979 apresentaram-se como sinais de novos tempos, diferenciando-se em muitos aspectos do Master do início da década de 1960. Enquanto este se apresentou como um movimento reivindicativo, de pouca democracia, pouca discussão interna e dominado por lideranças e intelectuais atrelados à esfera pública, aqueles apresentaram uma agenda indicadora de mudanças culturais (mudança nas formas de pensar e agir), cujas ações resultaram de idéias amadurecidas a partir de um debate no interior de cada grupo, sob a orientação da CPT, do Cimi e de intelectuais de esquerda, visto que suas lideranças e intelectuais

pouco tinham a ver com a esfera pública ou estavam desatrelados dela.

Os movimentos do final da década de 1970 (Movimento Indígena e pré-MST) chegam trazendo inovações; apesar de estarem abrigados no paradigma marxista, chegam carregados de pós-modernidade. Aqui a luta pela terra não está mais atrelada diretamente à luta pelo direito ao usufruto do progresso técnico, como ocorreu com o Master década de 1960. A crítica ao latifúndio vem associada a uma forte crítica ao capitalismo modernizante. Ao mesmo tempo em que era discutida a organização do movimento de luta pela terra, fazia críticas ao agronegócio, ao uso de venenos, às cooperativas capitalistas e às multinacionais fabricantes de insumos. Além disso, discutia a questão dos direitos humanos, a luta contra o regime militar, o papel do Estado e o projeto da Igreja progressista.

Não há dúvida de que a Fazenda Sarandi foi e continua sendo um símbolo de luta e resistências pela terra no estado e no país, nela se condensando movimentos em prol da reforma agrária, de justiça social no campo, de políticas de incentivo à pequena propriedade familiar; permitiu, pela luta, maior cidadania no campo e no meio social como um todo; simboliza muitas vitórias e muitos infortúnios, dignidade humana e moral; condensa muitas

injustiças e conflitos entre marginalizados sociais e expressa a ação do Estado e de seus aparatos de controle social e, ao mesmo tempo, o papel e a força do latifúndio; espaço mistificado entre a realidade e o mito, o sonho e as agruras da realidade da luta, imaginação, desejo e bloqueios de todas as possibilidades e expectativas.

### Abstract

The text analyzes some of the agrarian conflicts in the North of Rio Grande do Sul involving settlers, Indians and the public sphere between 1978-82. Also aims to reflect around the social contradictions produced by the modernizer process of agricultural production in the region, process that is intensifying in the period e will be determinant for big movements and actions of peasants and landowners in subsequent years.

*Key words:* Social movements. Modernization. Settlers. Indians.

### Notas

- <sup>1</sup> Conflito entre índios e agricultores na reserva indígena de Nonoai, desencadeado ao longo das décadas de 1960 e 1970, cujo ápice se deu em 1978 com o confronto sangrento entre índios caingangues e colonos intrusos, evento conhecido por “revolta de Nonoai”. Como desfecho houve a expulsão de mais de um milhar de colonos da reserva, empurrando para a beira das estradas da região dezenas de famílias de sem terra no final da década de 1970 e começo da de 1980.
- <sup>2</sup> Ver BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed.

- Unijui, 1997; CARINI, Joel João. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha, norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005; RÜCKERT, Aldomar A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1927/1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997
- <sup>3</sup> Sobre o assunto, ver especialmente CARINI, op. cit.
- <sup>4</sup> Sobre o Master, a ocupação da Fazenda Sarandi e a atuação de Jair de Moura Calixto sugerimos ver TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos agrários no norte gaúcho: Master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.
- <sup>5</sup> CIMI-SUL. *Luta indígena*: informativo dos índios e missionários do sul do Brasil, Xanxerê - SC: Publicação da Equipe Pastoral, n. 6, ago. 1978, p. 15.
- <sup>6</sup> SCHWADE, E. Carta a Dom João Hofmman. In: CIMI-SUL. *Lutai indígena*: informativo dos índios e missionários do sul do Brasil, Xanxerê - SC: Publicação da Equipe Pastoral, n. 6, ago. 1978, p. 21.
- <sup>7</sup> Ver CARINI, J. J. *Estados, Índios e colonos...*, p. 155.
- <sup>8</sup> Relatório da Comissão de Sindicância – Presidência da República, Gabinete Militar, Sub-Gabinete Militar no RS. Porto Alegre, 16/9/1961. In: CIMI-SUL. *Luta Indígena*: Informativo dos Índios e Missionários do Sul do Brasil, n. 6. Xanxerê - SC: Publicação da Equipe Pastoral, ago. 1978, p. 7-8.
- <sup>9</sup> Idem, p. 41.
- <sup>10</sup> Ver GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas - SP: Unicamp, 1998.
- <sup>11</sup> LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001 (Série Estudos rurais).
- <sup>12</sup> CARINI, J. J. *Estados, índios e colonos: o conflito na Reserva Indígena de Serrinha – Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. p. 123-125.
- <sup>13</sup> Ver MARCON, T. O processo de aldeamento indígena no Rio Grande do Sul. In: MARCON, T. (Coord.). *História e cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1994. p. 113-119.
- <sup>14</sup> GONSALVES, T. *Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado de 1930*. Porto Alegre, p. 765.
- <sup>15</sup> Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 20 jan. 1962, p. 4.
- <sup>16</sup> CIMI-SUL. *Luta Indígena...*, n. 1, 2, 3 e 4.
- <sup>17</sup> Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 10 maio 1978, p. 1.
- <sup>18</sup> Idem.
- <sup>19</sup> Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 10 maio, p. 1.
- <sup>20</sup> Jornal *O Nacional*. Passo Fundo, 11 maio p. 1.
- <sup>21</sup> SIMONIAN, L.T.L. *Terras de posseiros...*, p. 177.
- <sup>22</sup> Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 maio, 1974.
- <sup>23</sup> Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 ago. 1975.
- <sup>24</sup> O levante dos índios guaranis e caingangues de Rio das Cobras acabou se constituindo num caso emblemático no contexto da história de resistência e luta dos índios contra os invasores, tomado como referência para outras ações de despejo, como a que ocorreu em Nonoi (RS) e em outras áreas do Brasil. Ainda em 1975, a Funai, o Incra e o governo do Paraná concluíram que 18.024 ha da reserva de Rio das Cobras, isto é, 94,33% da sua área total, estavam ocupados por intrusos (fazendeiros, grileiros, madeireiros e colonos sem terra). Durante muito tempo os índios e padres do Cimi-Sul denunciaram à Funai e à opinião pública as invasões, o roubo de madeira, a ação predatória feita nas matas e as ameaças de jagunços contratados pelos empresários capitalistas. Na falta de resultados práticos, os índios decidiram iniciar uma luta pela retomada de suas terras, expulsando delas todos os invasores. Ver CIMI-SUL, *Luta indígena...*, n. 6.
- <sup>25</sup> CIMI-SUL. *Luta indígena*: informativo dos índios e missionários do sul do Brasil, Xanxerê/SC: Publicação da Equipe Pastoral, n. 5, abr. 1978.
- <sup>26</sup> FRITZEN, Arnildo. Entrevistado por Joel João Carini, Ronda Alta, 9 de junho de 2006. Padre Arnildo, 63 anos, foi um dos mais destacados intelectuais dos movimentos sociais agrários da antiga Fazenda Sarandi que culminaram com a criação do MST. Participou da organização dos movimentos populares, sobretudo do Movimento dos Sem Terra nos eventos da Macalli e Brilhante em 1979 e da Encruzilhada Natalino 1981/83. Como integrante da CPT da Igreja Católica, teve uma grande atuação nos movimentos sociais agrários e sindicais das décadas de 1980 e 1990. Além disso, teve uma atuação política em Ronda Alta, onde concorreu ao cargo de prefeito.
- <sup>27</sup> MARCON, T. *Acampamento Natalino*: história da luta pela reforma agrária. Passo Fundo: Ediupf, 1979.

- <sup>28</sup> GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 1983. p. 134.
- <sup>29</sup> Análises mais amplas nesse sentido encontram-se em TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos agrários...*
- <sup>30</sup> FRITZEN, Arnildo. Entrevista direta já informada.
- <sup>31</sup> *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 8 jun. 1978. p. 43.
- <sup>32</sup> *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 20 jul., 1978, apud MARCON, T. *Acampamento...*
- <sup>33</sup> GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa...*
- <sup>34</sup> *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 4 jul. 1978. p. 1.; 5 jul. 1978. p. 8.
- <sup>35</sup> FRITZEN, Arnildo. Entrevista direta já citada.
- <sup>36</sup> Idem.
- <sup>37</sup> Idem.
- <sup>38</sup> Idem.
- <sup>39</sup> Idem.
- <sup>40</sup> *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 19 out. 1979. p. 11.
- <sup>41</sup> É interessante enfatizar essa questão dos retornados, pois se tornaram fundamentais como contrapropaganda e manifestação da falência das promessas feitas para as adesões aos projetos de colonização do período e dos posteriores. O depoimento dos mesmos servia de contra-propaganda e alimentavam a luta pela conquista da terra nos espaços regionais e/ou no limite, no interior no Estado gaúcho.
- <sup>42</sup> Jornais locais e da capital do Estado intensificam sua visibilidade na questão produzindo muitas matérias sobre o mesmo. Ver *O Nacional* e o *Diário da Manhã*, ambos de Passo Fundo, bem como o *Zero Hora* e o *Correio do Povo* de Porto Alegre.
- <sup>43</sup> Ver detalhes sobre essas várias tentativas de organização e de pressão, bem como os processos de repressão em GEHLEN, I. *Uma estratégia...*
- <sup>44</sup> Ver *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 23 set. 1979.
- <sup>45</sup> MARCON, T. *Acampamento natalino...*
- <sup>46</sup> MARCON, T. *Acampamento natalino...*; GEHLEN, I. *Uma estratégia...*
- <sup>47</sup> Os jornais, principalmente o *Zero Hora*, estamparam várias matérias nesse sentido com o intuito de desqualificar as ações e intenções dos acampados e de algumas de suas lideranças e mediações. Aliás, essa foi uma estratégia comum por todo o período do Acampamento da Encruzilhada Natalino, do Acampamento na Anoni e continuou sendo por essas duas últimas décadas e, principalmente nesses últimos meses, no ano de 2006, em torno das invasões na Fazenda Coqueiros da família Guerra, espaço esse ainda e também remanescente da Fazenda Anoni. Sobre essa realidade do uso intencional de depoimentos negativos ao movimento por ex-integrantes dos mesmos pelos jornais, principalmente o *Zero Hora*, identificamos um conjunto de matérias que, digitadas em espaço normal, já atingiu um acervo de mais de 100 páginas.
- <sup>48</sup> Levantamento feito pela Fetag/RS, em 1980, indicava a existência de mais de 100 mil agricultores *sem terra* no RS.
- <sup>49</sup> MARCON, T. *Acampamento natalino...*
- <sup>50</sup> Idem.
- <sup>51</sup> Ver Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – sobre a Fazenda Sarandi, proc. n 3, 1979. 2v.
- <sup>52</sup> MARCON, T. *Acampamento natalino...*
- <sup>53</sup> BENINCA E. *Conflito religioso e práxis*. Dissertação (Mestrado) - PUC, São Paulo, 1987.
- <sup>54</sup> Ver jornais *Diário da Manhã*. Passo Fundo, 10 jul. 1981, *O Nacional*. Passo Fundo, 11 jul. 1981, *Zero Hora*. Porto Alegre, 14 jul. 1981.
- <sup>55</sup> *Jornal O Nacional*. Passo Fundo, 31 jul. 1981.
- <sup>56</sup> Nota dos Bispos em reunião em Passo Fundo em 21/9/81; ver *Jornal Diário da Manhã*, 22 set. 1981.
- <sup>57</sup> Ver sobre a fragilidade do movimento e as propagandas para a saída e os enfrentamentos para a permanência em meio as pequenas vitórias e as derrotas eminentes, *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 10 out. 1981; ver, também, uma sistematização disso em MARCON, T. *Acampamento natalino...*
- <sup>58</sup> Ver *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 11 fev. 1982.
- <sup>59</sup> MARCON, T. *Acampamento natalino...*

## Referências

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed.Unijuí, 1997.

CARINI, J. J. *Estado, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha, norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2005.

- CIMI-SUL. *Luta indígena*: informativo dos índios e missionários do sul do Brasil, n. 6. Xanxerê - SC: Publicação da Equipe Pastoral, ago. 1978.
- CIMI-SUL. *Luta indígena*: informativo dos índios e missionários do sul do Brasil (n. 1 a 11). Xanxerê - SC: Publicação da Equipe Pastoral, 1976, 1977, 1978 e 1979.
- COMISSÃO Parlamentar de inquérito sobre a fazenda Sarandi, proc. n. 3, 1979. 2. v.
- ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1984. Dissertação.
- GEHLEN, I. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Dissertação (Mestrado) - UFRGS, Porto Alegre, 1983.
- GONSALVES, T. *Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado de 1930*. Porto Alegre.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. rev. Campinas/SP: Unicamp, 1998.
- LEITE, S. (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001. (Série Estudos Rurais)
- MARCON, T. *Acampamento natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupf, 1979.
- MARCON, T. O processo de aldeamento indígena no Rio Grande do Sul. In: \_\_\_\_\_. (Coord..) *História e cultura kaingáng no sul do Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1994.
- RUCKERT, A. (Coord.). *A construção do território na Região de Ronda Alta: ocupação e colonização – 1831/1996*. Ronda Alta: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1999.
- RÜCKERT, A. A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1927/1931*. Passo Fundo: Ediupf, 1997.
- SIMONIAN, L. T. I. *Terra de posseiros: um estudo sobre as políticas de terras indígenas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1981.
- TEDESCO, J. C.; CARINI, J. J. *Conflitos agrários no norte Gaúcho: master, indígenas e camponeses*. Porto Alegre: EST Edições, 2007.